

Representações Sociais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.8>

Julia Alves Brasil

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-0445-1207>
juliaalvesbrasil@gmail.com

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Luiza Lins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6131-9264>
luizaalins@gmail.com

Resumo

Neste capítulo, apresentamos a teoria das representações sociais (TRS) com o objetivo de discutir o pensamento social, a partir da noção de “representação social” e a sua relação com a comunicação. A TRS inscreve-se numa perspectiva crítica às abordagens que concebem o funcionamento cognitivo como um processo centrado exclusivamente no indivíduo, enfatizando a dimensão social do pensamento, sua construção coletiva e constante reelaboração. O capítulo apresenta, portanto, as representações sociais como um conceito de natureza dinâmica e mediada pelas interações e práticas comunicativas cotidianas. Para isso, estrutura-se em cinco seções: (a) inicialmente, fornecemos uma breve explicação sobre o desenvolvimento da teoria e discutimos sobre os conceitos de “sociedade pensante” e de “representações sociais”, segundo propostas de Serge Moscovici; (b) em seguida, discurremos sobre algumas das condições para a elaboração das representações sociais e suas principais funções, considerando as identidades sociais e os processos intergrupais, bem como a influência das posições assimétricas e diferencial acesso à esfera pública; (c) em um terceiro momento, abordamos os processos de objetivação e ancoragem, envolvidos na formação das representações sociais, as noções de “sistema” e “metassistema” que regulam o funcionamento cognitivo, bem como os tipos de representações sociais; (d) a quarta seção é dedicada à apresentação das diferentes abordagens da TRS; (e) finalmente, na última seção, desenvolvemos uma discussão sobre representações sociais, comunicação e mídia, na qual abordamos a natureza desta relação, os modos de comunicação midiática, além de estudos sobre representações sociais realizados a partir de diferentes tipos de mídia e sobre variados objetos sociais. Dessa forma, reiteramos a relevância da articulação entre as representações sociais e os processos comunicacionais, destacando o potencial analítico da TRS como instrumento crítico para a compreensão de uma ampla gama de fenômenos sociais.

Palavras-chave

representações sociais, comunicação, processos cognitivos, cultura, memória social

A Sociedade Pensante: O Desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais

Pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, e outros lugares de interação, as pessoas analisam, comentam, formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como elas educam seus filhos, como planejam seu futuro, entre outros. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias apenas lhes fornecem o “alimento para o pensamento” (Moscovici, 2000/2010, p. 45).

Serge Moscovici publicou em 1961 a obra *La Psychanalyse, Son Image et Son Publique* (Psicanálise, Sua Imagem e Seu Público), na qual estudou como a psicanálise estava a ser apropriada por diferentes segmentos da sociedade francesa. Essa obra inaugurou um novo campo na psicologia social: o estudo das representações sociais. O autor lançou, portanto, uma problemática específica – como o conhecimento científico é consumido, transformado e utilizado pelo “cidadão comum” (leigo) – e uma problemática mais geral – como as pessoas constroem a realidade (Cabecinhas, 2004).

Tal “construção social da realidade” (Berger & Luckmann, 1966/2011) se realiza de maneira dinâmica e interativa e pressupõe aspectos sociais, cognitivos e psicológicos (Banchs, 2011). Nesse sentido, Moscovici (1981) propõe a expressão “sociedade pensante” (p. 182) para situar o estudo das representações sociais e para expressar a ideia de que o pensamento não pode ser considerado o produto de um “indivíduo só”, uma vez que o conteúdo desse pensamento está em constante reelaboração através da comunicação cotidiana. Todos os indivíduos são ativos na sua construção social da realidade, mas esta construção é efetuada em rede.

Segundo o autor, o paradigma da sociedade pensante questiona as teorias que consideram que os nossos cérebros são “máquinas” que processam mecanicamente a informação em função dos condicionamentos exteriores e questiona igualmente as teorias para as quais os grupos e os indivíduos estão sempre sob o domínio das ideologias produzidas e impostas pelas grandes estruturas sociais e que os seus pensamentos e palavras são meros reflexos dessas ideologias. Em contrapartida, o paradigma da sociedade pensante assume que “os indivíduos pensam autonomamente, estando constantemente a produzir e a comunicar representações” (Moscovici, 1981, p. 183). Pensar autonomamente não significa pensar só. Aliás, o autor sublinhou que o pensamento é comunicativo por natureza (ver Cabecinhas, 2004).

As representações sociais são compreendidas como conhecimentos ou teorias do senso comum acerca de conceitos abstratos que circulam socialmente, como a doença mental, a violência de gênero, o colonialismo, as migrações, dentre outros exemplos (Valentim, 2022). A partir dessa valorização da sociedade pensante e das “teorias do senso comum”, Moscovici (1961) começa a desenvolver a TRS, a qual pressupõe um olhar psicossocial (Pérez et al., 2014), que envolve uma relação triádica entre o ego (indivíduo ou grupo), o alter (outro – indivíduo ou grupo) e o objeto (físico, social, real ou imaginário; Moscovici, 1984/2011). Essa relação triádica ressalta a dialogicidade presente na elaboração de representações sociais, a partir das relações que os indivíduos estabelecem com os outros e com o meio em que se inserem (Marková, 2006), além de marcar a oposição dessa perspectiva teórica a dicotomias fortemente presentes na época da sua inauguração, como sujeito/objeto, indivíduo/sociedade (Arruda, 2009).

Assim como Henri Tajfel, um dos fundadores da teoria da identidade social (ver Capítulo 6 deste livro), Moscovici (1997) também desenvolveu muitas das suas reflexões teóricas a partir de inquietações advindas da sua própria história de vida: judeu, nascido na Romênia e radicado na França, ele foi vítima de antissemitismo, como relata o próprio autor em sua autobiografia. Além disso, também teve a influência de diferentes pressupostos conceituais propostos por diversos autores, como Durkheim, Lévy-Bruhl, Piaget, entre outros (para mais discussões sobre tais influências e sobre o desenvolvimento da TRS, ver, por exemplo, Camino & Torres, 2023; Delouvée & Wagner-Egger, 2022; Vala, 1993; Vala & Castro, 2013). No que diz respeito à influência do trabalho de Durkheim (1898) na elaboração da TRS, as representações coletivas cedem o lugar às representações sociais porque as primeiras não têm em conta a sua diversidade de origem e a sua transformação. Segundo Moscovici (1989), a visão clássica das representações peca por as considerar como pré-estabelecidas e estáticas. Portanto, o autor desenvolve um conceito de “caráter dinâmico”, que se situa na interseção entre conceitos sociológicos e psicológicos (Moscovici, 1961).

De acordo com Jodelet (1989, 2001), as representações sociais são fenômenos complexos, em permanente reconstrução na vida social, constituindo-se de elementos informativos, cognitivos, ideológicos e normativos. Na mesma linha de ideias, Vala (1993) refere que a ideia de representação social remete para um “fenômeno psicossocial complexo, cuja riqueza torna difícil a produção de um conceito que o delimite e simultaneamente não esbata a sua multidimensionalidade” (p. 359). Apesar dessa dificuldade de estipular uma definição acerca das representações sociais, ao longo dos anos inúmeras propostas conceituais têm sido desenvolvidas, recortando-as em dimensões específicas. Tais definições incluem, na maioria dos casos, conceitos de âmbito psicológico ou psicossociológico (e.g., atribuição, crença, atitude, esquema, opinião, etc.) e conceitos de âmbito sociológico ou antropológico (e.g., ideologia, cultura, *habitus*, sistema de valores, etc.), relativamente aos quais o conceito de “representação social” “confere novas acuidades e suscita a procura de novas pontes articuladoras do velho binômio indivíduo-sociedade” (Vala, 1993, p. 360).

Um exemplo de definição que abarca diferentes dimensões da representação social é a de Abric (2001), que a define como:

conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou a uma situação. É determinada [a representações social] ao mesmo tempo pelo próprio sujeito (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido e pela natureza dos vínculos que ele mantém com esse sistema social. (p. 156)

Jodelet (2001) também propõe uma definição, que se tornou numa das mais disseminadas em diferentes países, segundo a qual a representação social é “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 22). As representações sociais constituem, portanto, a forma como os indivíduos apropriam o mundo que os rodeia, ajudando-os a compreender e a agir, isto é, são “teorias sociais práticas” (Jodelet, 1989, 2001).

Ao analisarmos cada um dos termos que compõem a expressão “representação social”, observamos que o termo “representação” apresenta uma característica processual, ou seja, representar não pressupõe duplicar, reproduzir ou copiar a realidade na mente dos indivíduos (Jesuino, 2011). Representar, segundo essa perspectiva teórica, refere-se à participação ativa dos indivíduos no processo de construção de si e da sociedade (Moscovici, 1961; Santos, 2005). Quanto ao termo “social”, na acepção de Vala (1993), afirmar que as representações são sociais envolve a utilização de três critérios: (a) critério quantitativo — uma representação é social na medida em que é partilhada por um conjunto de indivíduos; (b)

critério genético – uma representação é social no sentido em que é coletivamente produzida (as representações sociais são o resultado da atividade cognitiva e simbólica de um grupo social); (c) critério funcional – as representações sociais constituem guias para a comunicação e a ação (as representações sociais são teorias sociais práticas). Logo, o social está presente em todo o processo de representar (Arruda, 2009), ele se refere tanto às condições de produção e circulação das representações quanto às suas funções sociais (Banchs, 2000), sobre as quais discorreremos adiante.

As Condições Para a Elaboração das Representações Sociais e as Suas Principais Funções

Ainda que as representações sociais sejam concebidas como “teorias do senso comum”, nem todo conhecimento do senso comum pode ser considerado representação social (Moscovici, 1961; Santos, 2005). Para que um objeto seja um objeto de representação social, ele deve, dentre outros critérios: (a) ser polimorfo – apresentar diferentes formas em diferentes contextos sociais; e (b) possuir espessura social – ter relevância cultural para determinado grupo, ou seja, estar envolvido em alguma prática social do grupo, de modo que seja necessário elaborar e compartilhar o seu significado (Sá, 1998; Santos, 2005). Essa delimitação do objeto é especialmente relevante diante da expansão no domínio das representações sociais, pois apesar do crescente número de publicações, muitos estudos se limitam à descrição do conteúdo de variados objetos por vezes sem consistência teórica (Santos et al., 2012). Em consonância, para Valentim (2022), essa expansão tem sido caracterizada por uma multiplicação de sentidos em que a noção de “representação social” tem sido empregada, sendo que muitas vezes parece abordar distintos conceitos ou ainda uma genérica conceitualização, sem grande desenvolvimento.

Desse modo, além destes critérios para a definição de um objeto de representação social, Moscovici (1961) também identifica três condições necessárias para a elaboração de representações sociais: (a) dispersão da informação – existência de uma variedade de informações disponíveis sobre o objeto e de diferentes condições de exposição e acesso a essas informações; (b) focalização – indivíduos e grupos se interessam de diferentes maneiras por aspectos específicos do objeto, a depender de diversos fatores, como o contexto sociocultural, os conhecimentos prévios que possuem, dentre outros; (c) pressão à inferência – diante das incertezas quanto ao que sabem sobre o objeto, os indivíduos são pressionados a se comunicar sobre o assunto, frequentemente recorrendo às ideias majoritárias, o que fortalece o consenso no grupo (Moscovici, 1961; Sá, 1998; Santos, 2005; Yzerbyt & Klein, 2023).

Conforme discutem trabalhos anteriores (e.g., Piermattéo et al., 2023; Sá, 1998; Santos, 2005), as representações sociais desempenham um papel crucial nas práticas e nas relações sociais e possuem quatro principais funções: (a) função de saber – como sintetiza Moscovici (2010), “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (p. 54), desse modo, as representações sociais permitem explicar e compreender a realidade e facilitam a comunicação social; (b) função de orientação – elas se configuram como guias para os comportamentos e práticas, visto que permitem filtrar informações, criar antecipações e definir estratégias e comportamentos a serem adotados em diferentes situações; (c) função justificadora – ao permitirem uma avaliação das ações dos indivíduos, as representações sociais fornecem parâmetros que os auxiliam a justificar posteriormente seus comportamentos e suas tomadas de decisão em diferentes contextos e em relação a diferentes grupos; (d) função identitária – as representações sociais participam dos processos de identificação e diferenciação grupal, contribuindo para a construção das identidades pessoais e sociais, já que os indivíduos

podem, por exemplo, se sentir mais pertencentes a determinados grupos com os quais compartilham representações sociais específicas acerca de alguns objetos. Além disso, tal função identitária também está presente quando os objetos acerca dos quais os indivíduos constroem representações sociais são os seus próprios grupos de pertença e os “outros”, constituindo as chamadas “representações identitárias” (Deschamps & Moliner, 2014).

Diversos autores (e.g., Cabecinhas, 2004; Deschamps & Moliner, 2014; Doise, 1988; Howarth, 2002; Lorenzi-Cioldi & Doise, 1990; Vala, 1997) têm discutido sobre as imbricadas relações entre representações sociais, identidades sociais e processos intergrupais. No entanto, tais relações são bastante complexas (Doise, 1992) e alguns autores (e.g., Lorenzi-Cioldi, 2002) têm sublinhado a influência das posições assimétricas dos grupos, tanto nos discursos quanto nas identidades sociais criadas por esses grupos.

É necessário ter em conta, por um lado, a relação entre as representações sociais e as configurações culturais dominantes e, por outro, a dinâmica social no seu conjunto. A conjugação destes fatores ajuda a compreender as pressões para a hegemonia e a consequente reificação de certas representações sociais (Moscovici, 1988). Nesse sentido, é importante considerar as estruturas de poder e os diferentes graus de acesso à esfera pública que certos grupos possuem, pois embora todos os indivíduos participem ativamente na construção das suas representações, os significados “concorrem” na construção de uma dada realidade social e nem todos têm igual acesso nessa negociação. Assim, as posições das pessoas e grupos na estrutura de poder podem ser determinantes na marginalização de determinadas representações (Cabecinhas et al., 2006; Howarth, 2006). Tais relações assimétricas e as divergências de ideias presentes na construção de representações sociais acerca de diferentes objetos sociais na sociedade são observadas também na constituição dos diferentes tipos de representações sociais – hegemônicas, polêmicas e emancipadas –, sobre os quais discutimos na próxima seção.

O Processo de Formação e os Tipos de Representações Sociais

Segundo Moscovici (1961), na formação das representações sociais intervêm dois processos: a objetivação e a ancoragem. Estes processos estão intrinsecamente ligados um ao outro e são modelados por fatores sociais, servindo para nos familiarizar com o “novo”, primeiro colocando-o no nosso quadro de referência, onde pode ser comparado e interpretado, e depois reproduzindo-o e colocando-o sob controle (Moscovici, 1981).

De acordo com Vala e Castro (2013), a objetivação é um “processo que permite tornar real um esquema conceptual e dar a uma ideia uma contrapartida material” (p. 586). Ou seja, trata-se de um processo que diz respeito à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade, isto é, tornam-se expressões de uma realidade vista como natural.

O processo de objetivação envolve três etapas: (a) seleção e descontextualização – algumas informações e crenças acerca do objeto da representação são selecionadas e reorganizadas pelos indivíduos, a partir das normas e dos valores grupais, das suas crenças, suas expectativas, entre outros; (b) formação de um núcleo figurativo ou esquematização estruturante – nessa etapa, as informações selecionadas são simplificadas e organizadas em um esquema estruturado ou “núcleo figurativo”, facilitando a apreensão do objeto da representação social; (c) naturalização – nessa última etapa os conceitos retidos no núcleo figurativo e as suas relações se constituem como categorias “naturais”, adquirindo materialidade. Isto é, os conceitos tornam-se equivalentes à realidade e o abstrato torna-se

concreto através da sua expressão em imagens e metáforas (Cabecinhas, 2009; Delouvée & Wagner-Egger, 2022; Piermattéo et al., 2023; Santos, 2005; Vala & Castro, 2013).

O outro processo, a ancoragem, por um lado, precede a objetivação e, por outro, situa-se na sua sequência. Enquanto processo que precede a objetivação, a ancoragem refere-se ao fato de qualquer tratamento da informação exigir pontos de referência: é a partir das experiências e dos esquemas já estabelecidos que o objeto da representação é pensado (Cabecinhas, 2009). Dessa forma, os elementos relativos ao objeto são incorporados a um sistema de pensamentos, categorias e significações já existente, familiar e de fácil acesso à memória (Santos, 2005). Enquanto processo que segue a objetivação, a ancoragem refere-se à função social das representações, nomeadamente, permite compreender a forma como os elementos representados contribuem para exprimir e constituir as relações sociais (Moscovici, 1961). A ancoragem serve, assim, à instrumentalização do saber, conferindo-lhe valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente (Jodelet, 1989).

Vala (1993) refere que o conceito de “ancoragem” tem algumas afinidades com o conceito de “categorização”: ambos funcionam como estabilizadores do meio e como redutores de novas aprendizagens. No entanto, de acordo com o autor, o processo de ancoragem é mais complexo visto que a ancoragem leva à produção de transformações nas representações já constituídas, isto é, “o processo de ancoragem é, a um tempo, um processo de redução do novo ao velho e reelaboração do velho tornando-o novo” (p. 363).

Apesar da importância do processo de familiarização do não-familiar, Moscovici (1961, 2010) também pondera que diferentes representações sociais sobre um mesmo objeto podem coexistir tanto na sociedade como um todo quanto para um mesmo indivíduo. Esse convívio entre diferentes formas de saber em um mesmo campo representacional denota a chamada “polifasia cognitiva” (Jovchelovitch, 2011; Moscovici, 2010), que se configura como um processo que pode favorecer a adaptação a mudanças e o desenvolvimento de inovações, visto que permite conciliar criativamente formas opostas de pensamento (Moscovici, 2010).

Valentim (2022) discute a polifasia cognitiva a partir das noções de “sistema” e “metassistema” que regulam o funcionamento cognitivo. O autor explica que Moscovici constatou já em seus primeiros estudos a existência de características consideradas típicas do pensamento “infantil” (raciocínios “pré-lógicos”) no pensamento de adultos. Então, desenvolveu uma explicação para esse fenômeno com base nos postulados de Lévy-Bruhl e Piaget sobre o raciocínio das crianças. Para Moscovici, por apresentar exigências diversas, o pensamento não seria regulado apenas pela lógica formal. Na verdade, funcionam dois sistemas cognitivos: um deles é o operatório que estabelece tarefas como associações e deduções. O segundo, por sua vez, é normativo, faz a verificação, controle e seleção desse material, um metassistema que “revisa” aquilo que é produzido pelo primeiro e se ajusta de modo a garantir um bom funcionamento do indivíduo em diferentes situações sociais. As regras aplicadas pelo metassistema normativo variam em função do contexto. Assim, em situações de trabalho formal, por exemplo, espera-se que haja a aplicação de procedimentos sistemáticos e regras lógicas. Por outro lado, em contextos como a manutenção de uma amizade, ou a previsão do futuro, tais regras podem não ser as melhores opções. Nesses casos, podemos utilizar formas de raciocínio típicas de uma inteligência concreta ou um pensamento místico (Valentim, 2022).

Assim, há situações em que podem coexistir formas opostas de pensamentos e práticas. Tomemos como exemplo o contexto da pandemia de COVID-19, no qual embora o saber médico relacionado às formas de contágio e às medidas de proteção tenha sido assimilado por boa parte da população, estudos como o de Giacomozzi et al. (2023) indicam uma relação entre as representações sociais dos migrantes e a pandemia de COVID-19

no Brasil, discutindo um aumento na xenofobia e discriminação em função da polarização informacional e de determinados discursos políticos, que atribuíam a esse “outro” a responsabilidade pela propagação do vírus.

Ao considerar a relevância das diferenças relativas às características das representações sociais e aos grupos que constroem e compartilham tais representações, Moscovici (1988) estabelece a distinção entre três tipos de representações sociais, em função do seu estágio de desenvolvimento e do seu modo de circulação na sociedade. As representações hegemônicas são amplamente compartilhadas pelos membros de um grupo e prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas, parecendo ser uniformes e coercivas, o que faz com que sejam mais próximas do que Durkheim (1898) considerava como representações coletivas. Por seu turno, as representações emancipadas “emergem da cooperação e da negociação e são muito plásticas” (Vala & Castro, 2013, p. 598), elas são o produto da circulação de conhecimento e de ideias de subgrupos que estão em contato mais ou menos próximo, em que cada subgrupo cria as suas próprias versões e partilha-as com os outros. Por último, as representações controversas ou polêmicas são geradas no decurso de um conflito social ou luta entre grupos, não sendo compartilhadas pela sociedade no conjunto. Frequentemente, a partir dessas representações polêmicas, compartilhadas, por exemplo, por diferentes grupos minoritários, observamos movimentos de resistência, os quais podem levar à mudança social (e.g., Brasil & Cabecinhas, 2019).

Diferentes Abordagens no Âmbito da Teoria das Representações Sociais

A TRS se configura como uma “grande teoria” (Sá, 1998), sendo possível distinguir quatro abordagens de acordo com as formas de conceitualização e estudo das representações sociais. Tais abordagens não são, contudo, opostas, e podem mesmo ser complementares (Piermattéo et al., 2023).

A abordagem sociogenética, culturalista ou processual é uma perspectiva que se mantém mais próxima aos trabalhos iniciais de Moscovici e enfatiza os processos envolvidos na elaboração das representações sociais – objetivação e ancoragem. O trabalho de Jodelet (1989, 2001) é um excelente exemplo de estudos que adotam essa abordagem.

Já a abordagem estrutural ou do núcleo central foca no estudo da estrutura, da organização das representações sociais. Segundo Abric (1993), autor que iniciou o desenvolvimento dessa abordagem, as representações sociais se organizam internamente a partir de um núcleo central e de um sistema periférico, que são complementares e interligados. O núcleo central é formado pelos elementos mais estáveis e consensuais e dá coerência e sentido à representação. Ele é bastante influenciado pelo sistema de normas dos diferentes grupos sociais e pela sua memória social. À volta do núcleo central, e organizado por este, encontra-se o sistema periférico, que apresenta elementos mais flexíveis e sensíveis a mudanças, já que ele abarca aspectos que refletem as experiências individuais, as contradições, ou seja, a heterogeneidade do grupo. Frequentemente, observamos que alguns grupos podem ter práticas em desacordo com a representação social que compartilham sobre determinado objeto. Segundo Flament (1989), estes desacordos inscrevem-se nos elementos periféricos que se modificam protegendo, por algum tempo, o núcleo central. Com o tempo, no entanto, as contradições entre a realidade e a representação podem vir a alterar o próprio núcleo duro da representação, o que corresponde a uma mudança estrutural.

Já uma terceira abordagem, é a abordagem sociodinâmica ou societal, desenvolvida por Doise e colaboradores (Doise, 1992, 2002; Doise et al., 1992), segundo a qual as

representações sociais se configuram como princípios geradores de tomadas de posição, que estão associados às diferentes inserções sociais dos indivíduos e que auxiliam na organização dos processos simbólicos que participam das relações sociais. Os estudos realizados no âmbito dessa abordagem ressaltam a importância da articulação entre diferentes níveis de análise – intraindividual, interindividual ou situacional, posicional e ideológico – (Doise, 1982, 2002), a fim de aprimorar a compreensão dos fenômenos sociais.

Finalmente, a quarta e mais recente abordagem da TRS é a abordagem dialógica (Marková, 2006), a qual enfatiza a dialogicidade presente no processo de elaboração das representações sociais, sublinhando, portanto, “a importância de colocar as ‘relações triádicas’ das quais emerge a representação social no centro da pesquisa empírica” (Vala & Castro, 2013, p. 600). Assim, os estudos realizados no âmbito dessa abordagem consideram, por exemplo, que o conhecimento que os indivíduos possuem sobre as representações sociais que os “outros” compartilham sobre determinado objeto social também pode influenciar no processo de construção das suas próprias representações sociais sobre esse mesmo objeto (Piermattéo et al., 2023).

Representações Sociais, Comunicação e Mídia

Como foi possível apreender das seções anteriores, as representações sociais possuem uma íntima relação com a comunicação (Cuevas Cajiga, 2011; Höijer, 2011; Hook et al., 2011). De acordo com Moscovici, em conversa com Marková (2000/2010), “uma condiciona a outra, porque nós não podemos comunicar, sem que partilhemos determinadas representações, e uma representação é compartilhada e entra na nossa herança social quando ela se torna um objeto de interesse e de comunicação” (p. 372). Dito de outro modo, por um lado, para que ocorra a comunicação, é necessária a existência de representações sociais acerca de diferentes objetos, visto que essas representações funcionam como um saber prático de referência, que auxilia na compreensão da realidade, facilitando, portanto, a comunicação entre os indivíduos. Por outro lado, as representações sociais sobre determinado objeto são elaboradas visto que os indivíduos sentem necessidade de comunicar a respeito desse objeto, favorecendo a produção e a troca de informações e significados tanto nas conversações cotidianas quanto nas comunicações midiáticas, o que possibilita a construção, a manutenção e também a transformação de representações sociais (Cuevas Cajiga, 2011; Höijer, 2011; Marková, 2000/2010; Moscovici, 1961).

Tal papel crucial da comunicação na construção de representações sociais foi sinalizado por Moscovici (1961) desde a sua obra inaugural da TRS, na qual o autor diferenciou, três modos de comunicação midiática, os quais diferem segundo a fonte da mensagem, o seu objetivo e a sua lógica: (a) difusão – utilizada principalmente pela imprensa de caráter informativo, as mensagens são dirigidas a uma variedade de públicos. Os temas abordados também são variados e o objetivo é sobretudo transmitir informações e não influenciar o público a tomar posições específicas; (b) propagação – é um modo de comunicação que se dirige a um público específico e que pressupõe, em geral, uma relação hierárquica entre a fonte e o público. A propagação tem como objetivo indicar ao grupo como integrar e conciliar informações diferentes no seu sistema de valores e normas; (c) propaganda – também se dirige a um público específico e se constitui frequentemente no âmbito de relações hierárquicas. Esse modo de comunicação visa à persuasão e à prescrição de comportamentos de modo a favorecer o endogrupo em detrimento dos exogrupos, reforçando divisões entre “nós” e “eles” (Moscovici, 1961; Yzerbyt & Klein, 2023).

Considerando-se as transformações ocorridas nos últimos anos com o surgimento de novas tecnologias da informação e da comunicação, sobretudo com a internet e a recente proliferação de diferentes redes sociais, observamos modificações nas formas como as

pessoas se comunicam. Nesse sentido, Buschini e Lorenzi-Cioldi (2013) propõem um novo modo de comunicação, que os autores nomearam como “rumor midiático”. Esse modo de comunicação se dá em comunidades virtuais, implica uma transmissão “horizontal” das informações, já que os indivíduos podem ser ao mesmo tempo fonte e receptores, e visa à partilha de emoções e impressões, a fim de criar e manter os laços entre os indivíduos (Buschini & Lorenzi-Cioldi, 2013; Yzerbyt & Klein, 2023).

Como vimos, os diferentes tipos de mídia influenciam no processo de (re)construção de representações sociais, ao disseminarem informações e (re)produzirem significados sobre diferentes objetos sociais (Höijer, 2011; Moscovici, 1961). Nessa direção, estudos sobre representações sociais têm sido realizados em diferentes tipos de mídia e considerando objetos sociais de grande relevância, como as representações dos temas ambientais na mídia impressa (Polli & Camargo, 2015; Wallace & Batel, 2023) ou sobre a comunicação midiática co-construída por pessoas que publicam informações em redes sociais (e.g., Facebook, Twitter) sobre diferentes objetos sociais, como o movimento #BlackLivesMatter (Vitali et al., 2023).

Dentre esses estudos, com frequência, há resultados que evidenciam como diferentes veículos midiáticos ainda disseminam estereótipos negativos acerca de grupos específicos, reforçando atitudes negativas com relação a esses grupos, como migrantes (e.g., Rochira et al., 2020), ou ciganos, conforme indica o estudo de Brasil e Bonomo (2022), que aponta tanto para a invisibilidade dos marcos comemorativos relacionados às comunidades ciganas, quanto para a discriminação por eles sofrida no Brasil e em Portugal.

Entretanto, os veículos midiáticos também podem promover a mudança social, ao disseminarem visões de mundo alternativas e mais inclusivas (Cabecinhas, 2008). Um estudo realizado por Macedo et al. (2023), por exemplo, discute o papel que o cinema pode ocupar como espaço de ativismo ao discutir filmes que abordam de forma crítica questões sociais, como a identidade e as narrativas migratórias, combatendo a circulação assimétrica de histórias. Mas, apesar da possibilidade de influência nas duas direções, é importante ressaltar que, como os indivíduos são ativos no processo de elaboração de representações sociais, eles podem decidir incorporar ou não as informações difundidas pelos mídia nas representações sociais que eles estão a produzir sobre diferentes objetos (Cuevas Cajiga, 2011).

Como discute Moscovici (1991) no texto “Silent Majorities and Loud Minorities” (Maiorias Silenciosas e Minorias Barulhentas), embora as minorias muitas vezes sejam silenciadas pelo medo das consequências da não conformidade, elas também são capazes de propagar suas ideias ativamente, por exemplo, ao atuar em diferentes movimentos sociais. Assim, a partir da organização e de ideias consistentes podem combater determinadas visões dominantes da sociedade. Com isso, reforçamos a importância da relação entre representações sociais e a comunicação midiática e resgatamos a reflexão de Howarth (2006) sobre o potencial da TRS enquanto ferramenta para a análise crítica das mais diversas questões sociais, para a ampliação das possibilidades de resistência e combate à ordem social hegemônica.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e foi elaborado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar*

Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Abric, J. C. (1993). Central system, peripheral system: Their functions and roles in the dynamics of social representations. *Papers on Social Representations*, 2(2), 75–78.
- Abric, J. C. (2001). O estudo experimental das representações sociais. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (L. Ulup, Trad., pp. 155–171). Eduerj.
- Arruda, A. (2009). Teoria das representações sociais e ciências sociais: Trânsito e atravessamentos. *Sociedade e Estado*, 24(3), 739–766. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000300006>
- Banchs, M. A. (2000). Aproximaciones procesuales y estructurales al estudio de las representaciones sociales. *Papers on Social Representations*, 9, 3.1–3.15.
- Banchs, M. A. (2011). Leitura epistemológica da teoria das representações sociais. Reflexões rumo a um sentido comum menos comum e com mais sentido. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 225–258). Technopolitik.
- Berger, P., & Luckmann, T. A. (2011). *Construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes. (Trabalho original publicado em 1966)
- Brasil, J. A., & Bonomo, M. (2022). A cobertura midiática dos dias nacional e internacional dos ciganos em Portugal e no Brasil: Reflexões sobre a (in) visibilidade social. *Observatório (OBS*)*, 16(4), 63–82. <https://doi.org/10.15847/obsOBS16420222165>
- Brasil, J. A., & Cabecinhas, R. (2019). Representações sociais e processos identitários: Relações (pós) coloniais e a construção simbólica da América Latina. In M. L. Martins & I. Macedo (Eds.), *Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia* (pp. 318–332). CECS. <https://hdl.handle.net/1822/60674>
- Buschini, F., & Lorenzi-Cioldi, F. (2013). Représentations sociales. In L. Bègue & O. Desrichard (Eds.), *Traité de psychologie sociale. La science des interactions humaines* (pp. 393–415). De Boeck Supérieur.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125–137. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003>
- Cabecinhas, R. (2008). Racismo e xenofobia: A actualidade de uma velha questão. Comunicação e cidadania. *Revista Internacional de Jornalismo Social*, 2, 163–182. <http://hdl.handle.net/1822/9639>
- Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: Metodologias e níveis de análise. In M. M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e investigação* (pp. 51–66). Ver o Verso Edições.
- Cabecinhas, R., Lima, M. E. O., & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. Miranda & M. I. João (Eds.), *Identidades nacionais em debate* (pp. 67–92). Celta. <https://hdl.handle.net/1822/6165>
- Camino, L., & Torres, A. R. R. (2023). Origens e desenvolvimento. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 27–74). Blucher Open Access.
- Cuevas Cajiga, Y. (2011). Representaciones sociales en la prensa: Aportaciones teóricas y metodológicas. *Sinéctica*, 36, 1–19.
- Delouvée, S., & Wagner-Egger, P. (2022). Les représentations sociales. In S. Delouvée & P. Wagner-Egger (Eds.), *Manuels visuels de licence: Psychologie sociale* (pp. 173–189). Dunod.
- Deschamps, J.-C., & Moliner, P. (2014). *A identidade em psicologia social: Dos processos identitários às representações sociais*. Vozes.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Presses Universitaire de France.
- Doise, W. (1988). Individual and social identities in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 99–111. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180202>
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 189–195.

- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 18(1), 27–35. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100004>
- Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyses des données*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Durkheim, É. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 6(3), 273–302.
- Flament, C. (1989). Structure et dynamique des représentations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 204–219). Presses Universitaires de France.
- Giacomozzi, A. I., Rosa, A. S. de, Silva, M. L. B. da, Gizzi, F., & Moraes, V. de. S. (2023). Social representations of (im)migrants in the first year of the COVID-19 pandemic in Brazil: A study of online news. *Papers on Social Representations*, 32(1), 3.1–3.33.
- Höijer, B. (2011). Social representations theory: A new theory for media research. *Nordicom Review*, 32(2), 3–16. <https://doi.org/10.1515/nor-2017-0109>
- Hook, E., Franks, B., & Bauer, M. W. (2011). *The social psychology of communication*. Palgrave Macmillan.
- Howarth, C. (2002). Identity in whose eyes? The role of representations in identity construction. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 32(2), 145–162. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180202>
- Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, 45(1), 65–86. <https://doi.org/10.1348/014466605X43777>
- Jesuino, J. C. (2011). Um conceito reencontrado. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 33–57). Technopolitik.
- Jodelet, D. (Ed.). (1989). *Les représentations sociales*. Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (L. Ulup, Trad.; pp. 17–44). Eduerj.
- Jovchelovitch, S. (2011). Representações sociais e polifasia cognitiva: Notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em psicanálise, sua imagem e seu público. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 159–176). Technopolitik.
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les représentations des groupes dominants et dominés – Collections et agrégats*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F., & Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.), *Social identity theory: Constructive and critical advances and research* (pp. 71–88). Harvester.
- Macedo, I., Lins, L., da Silva, T. V., & Cabecinhas, R. (2023). Exploring images of otherness through cinema: Analysis of counter-visualities in Portuguese films. *Papers on Social Representations*, 32(2), 1.1–1.27.
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: As dinâmicas da mente*. Vozes.
- Marková, I. (2010). Ideias e seu desenvolvimento – Um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In G. Duveen (Ed.), *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (pp. 305–388). Vozes. (Trabalho original publicado em 2000)
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp. 181–210). Academic Press.
- Moscovici, S. (Ed.). (1984). *Psychologie sociale*. Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211–250. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180303>
- Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 62–86). Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1997). *Chronique des années égarées*. Stock.

- Moscovici, S. (1991). Silent majorities and loud minorities. *Annals of the International Communication Association*, 14(1), 298–308. <https://doi.org/10.1080/23808985.1991.11678792>
- Moscovici, S. (2010). O fenômeno das representações sociais. In G. Duveen (Ed.), *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (pp. 29–109). Vozes. (Trabalho original publicado em 2000)
- Moscovici, S. (2011). Introduction: Le domaine de la psychologie sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale* (pp. 5–22). Presses Universitaires de France. (Trabalho original publicado em 1984).
- Pérez, J. A., Kalampalikis, N., Lahlou, S., Jodelet, D., & Apostolidis, T. (2014). In memoriam: Serge Moscovici (1925–2014). *Psicologia e Saber Social*, 3(2), 182–190.
- Piermattéo, A., Guegan, J., & Tavani, J. L. (2023). Les représentations sociales. In A. Piermattéo, J. Guegan, & J. L. Tavani (Eds.), *Psychologie sociale en 21 fiches* (pp. 217–228). De Boeck supérieur.
- Polli, G. M., & Camargo, B. V. (2015). Social representations of the environment in press media. *Paidéia*, 25(61), 261–269. <https://doi.org/10.1590/1982-43272561201514>
- Rochira, A., Avdi, E., Kadianaki, I., Pop, A., Redd, R. R., Sammut, G., & Suerdem, A. (2020). Immigration. In T. Mannarini, G. A. Veltri, & S. Salvatore (Eds.), *Media and social representations of otherness: Psycho-social-cultural implications* (pp. 39–59). Springer.
- Sá, C. P. de. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Eduerj.
- Santos, M. F. S. (2005). A teoria das representações sociais. In M. F. S. Santos & L. M. Almeida (Eds.), *Diálogos com a teoria das representações sociais* (pp. 15–38). Editora Universitária da UFAL/Editora Universitária da UFPE.
- Santos, M. F. S., Morais, E. R. C., & Neto, M. D. L. A. (2012). A produção científica em representações sociais: Análise de dissertações e teses produzidas em Pernambuco. *Psico*, 43(2), 200–207.
- Vala, J. (1993). Representações sociais — Para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 353–384). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32(140), 7–29.
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 569–602). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valentim, J. P. (2022). *Representações sociais – Para conhecer o senso comum*. Silabo.
- Vitali, M. M., Presotto, G. C., Gizzi, F., Gomes, M. D. A., & Giacomozzi, A. I. (2021). #BlackLivesMatter: A study of social representations from Twitter. *Community Psychology in Global Perspective*, 8(1), 1–19. <https://doi.org/10.1285/i24212113v8i1p1>
- Wallace, R., & Batel, S. (2024). Representing personal and common futures: Insights and new connections between the theory of social representations and the pragmatic sociology of engagements. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 54(1), 65–85. <https://doi.org/10.1111/jtsb.12398>
- Yzerbyt, V., & Klein, O. (2023). Sens commun et cultures. In V. Yzerbyt & O. Klein (Eds.), *Psychologie sociale* (pp. 169–223). De Boeck Supérieur.

Material Suplementar

Nesta seção, indicamos alguns recursos complementares que podem ser úteis às pessoas interessadas no aprofundamento da teoria e questões relacionadas à temática das representações sociais. A primeira sugestão é uma curta palestra ministrada, em 1999, por Celso Pereira de Sá, que foi um dos mais importantes pesquisadores e divulgadores da teoria das representações sociais no Brasil. No vídeo, o professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro faz uma abordagem introdutória ao campo da TRS. Refere as noções básicas sobre representações sociais e busca responder a três questionamentos: o que são as representações sociais? Como entender a teoria das representações sociais? Como se pesquisa no campo de representações sociais? A palestra está disponível gratuitamente no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=upz-pYMV0Qc>.

Outra fonte interessante é uma conferência intitulada “Interacción Entre el Estudio de las Representaciones Sociales y el Campo de la Cultura” realizada por Denise Jodelet, em 2002, no Departamento de Psicologia da Universidade de Buenos Aires. O vídeo foi realizado pela UBA Web TV e tem duração de uma hora e 16 minutos, em língua espanhola: <https://www.youtube.com/watch?v=pXbytzC06FY&t=61s>.

Indicamos também uma entrevista com Serge Moscovici realizada em 2008 pelas professoras Tânia Maciel e Maria Inácia D'Ávila, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nela, há uma contextualização histórica e especificamente sobre a vida do autor ao discutir temas como natureza e sociedade, com referência a questões importantes para a teoria (e discutidas neste capítulo) como as assimetrias de poder, a possibilidade de agência e resistência dos diferentes atores sociais. O vídeo tem duração de 28 minutos e também está disponível gratuitamente no YouTube, em língua francesa e com legendas em português: <https://www.youtube.com/watch?v=Jsxjcc1Zb9I>.

Por fim, cabe referir que, em 2007, Serge Moscovici concedeu permissão para divulgação de algumas das suas obras completas que podem ser acedidas gratuitamente: http://classiques.uqac.ca/contemporains/moscovici_serge/moscovici_serge.html. Além disso, também é possível conhecer as principais redes internacionais e centros de pesquisa sobre representações sociais neste link: <http://www.europhd.net/international-networks-and-research-centres-social-representations>.

